

SECTOR DA JUSTIÇA

EM ANO DE ELEIÇÕES NA ORDEM TAMBÉM HAVERÁ NOVO MAPA JUDICIÁRIO E UMA REFORMA NO PROCESSO CIVIL



■ O ano de 2013 arrisca-se a ficar para a história das últimas décadas como o ano das grandes reformas na Justiça. Além da nova reorganização judiciária, que conduzirá à extinção de 24 tribunais, estará no terreno o debate em torno da revisão do Código de Processo Civil. Será também um ano marcado, no campo da advocacia, pelo regresso às urnas, tendo em vista a eleição de novas estruturas dirigentes da Ordem.

Há muito anunciado, vai levar ao fecho de 24 tribunais, à especialização de outros, à abertura de 27 balcões de proximidade e, em geral, à renovação e redefinição da gestão dos tribunais. Eis o novo mapa judiciário, que chegará ao terreno durante 2013 e que promete inaugurar uma nova geografia para a Justiça.

O Governo garante que esta realidade será melhor para quem recorre ao sistema e para

os seus próprios actores, além de garantir que se conseguirão poupanças por via, até, de uma melhor gestão das estruturas. Juízes, Ministério Público e funcionários estão expectantes. Políticos locais e populações contestam o fecho de tribunais, sobretudo no interior do País.

Já no âmbito da revisão do Código do Processo Civil, uma das matérias que mais alterações sofrerá será a da acção executiva, prevendo-se, entre outras medidas, que uma acção de cobrança de dívida se extinga ao fim de três meses sem que sejam detectados bens que permitam aos devedores saldar as suas dívidas.

Na acção declarativa, há outra grande mudança. O juiz terá um muito maior poder na condução do processo e haverá, logo de início, uma espécie de audiência prévia em

que as partes envolvidas acertarão agulhas e agendarão as diligências. O roteiro será para manter e o objectivo é o de que tudo decorra com maior rapidez e sem possibilidades de adiamento. Em suma, com menores custos para as várias partes, incluindo para o próprio tribunal.

Outra novidade será a possibilidade de mais causas serem resolvidas nos julgados de paz, onde os custos são menores do que nos tribunais comuns.

Por fim, em Novembro, é tempo de os advogados regressarem às urnas para eleger um novo bastonário e, provavelmente, se a redefinição da organização da Ordem for para a frente, os líderes dos conselhos de comarca previstos na proposta para alteração de estatutos com que o bastonário António Marinho e Pinto avançou no início deste ano. ■